



Teresa Leal Coelho, deputada do PSD, tem liderado o processo desde o início.

Paula Nunes

PSD e CDS ainda em desacordo sobre enriquecimento ilícito

Divergência Prazo para entrega do projecto termina hoje. CDS prefere que seja o Fisco a apurar discrepâncias nas declarações de rendimentos. PSD gostava de ir mais além.

PSD e CDS ainda não conseguiram chegar a um acordo sobre o texto do projecto para penalizar o enriquecimento ilícito. O prazo para a entrega do diploma no Parlamento termina hoje e os dois partidos iniciaram ontem rondas de negociações para tentarem fechar uma versão final. À hora do fecho desta edição a reunião ainda perdurava, com os contributos do CDS a divergirem das posições do PSD. Os democratas-cristãos, apurou ontem o Económico, tendem a preferir que seja o Fisco a apurar divergências nas declarações de rendimentos entregues pelo contribuintes. O CDS acredita que desta forma será possível contornar o veto do Tribunal Constitucional em 2012. Mas o PSD quer ir mais além. Esta foi uma matéria que desde sempre dividiu a coligação. A criminalização do enriquecimento ilícito é uma bandeira de Paula Teixeira da Cruz, ministra da Justiça, e o CDS nunca olhou com bons olhos para a medida por considerar que poderia violar a Constituição. Apesar da resistência, em 2012 o PSD acabou por conseguir convencer os parceiros de coligação

mas teve de dar como moeda de troca ao CDS a possibilidade dos julgamentos sumários em crimes de penas de prisão superiores a cinco anos (que acabariam também por ser considerados inconstitucionais). Sem uma nova moeda de troca, o CDS continua a mostrar alguma resistência à fórmula que o PSD pretende adoptar embora desde o início tenha dito que não ia opor-se a esta nova tentativa de Paula Teixeira da Cruz e da bancada do PSD de fazer passar novo diploma. Ontem, ao final da tarde, Telmo Correia, Nuno Magalhães (ambos do CDS) e Teresa Leal Coelho, pelo PSD,

O PSD, ao contrário do CDS, tentava ontem que pudessem ser na mesma indiciados os sinais de riqueza mas o CDS batia-se pela iniciativa do Fisco perante declarações falsas.

reuniram-se para tentar afinar a versão final mas o diploma só deverá ficar fechado hoje, já que estão previstos novos encontros. Em 2012, o Constitucional chumbou o diploma por considerar que invertia o ónus da prova, que na legislação portuguesa cabe ao Ministério Público. Ao indiciar-se uma pessoa por suspeitas de ter enriquecido ilícitamente era esta pessoa que teria de fazer prova de que os rendimentos ou o património em causa foram adquiridos lícitamente. O que violava várias regras da Constituição, nomeadamente a presunção de inocência. O PSD, ao contrário do CDS, tentava ontem que pudessem ser na mesma indiciados os sinais de riqueza mas o CDS batia-se pela iniciativa do Fisco perante declarações falsas. O PS também entrega hoje o seu projecto, recuperando o diploma de Seguro, que também dava ao Fisco a iniciativa de procurar discrepâncias e depois participá-las ao MP. Bloco e PCP já têm os seus projectos e enveredam pelo enriquecimento injustificado e não ilícito. O debate sobre corrupção decorre dia 6 de Março. I.D.B.